

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE ESPANHOL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Antonio Ferreira da Silva Júnior¹

RESUMO: Na trajetória da educação profissional no Brasil, ainda não foi possível precisar a data exata da inserção do ensino de espanhol nas instituições de ensino técnico e tecnológico. Somente apontar alguns momentos históricos que implicaram sua presença dessa língua nessas instituições. Diante dessa lacuna, este artigo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre episódios envolvendo a história da língua espanhola no contexto dos Institutos Federais e Centros Federais mediante a realização de uma pesquisa bibliográfica como forma de compilar essa memória. Partimos de alguns dados históricos que demonstram sua presença e concepções de trabalho para chegar aos desafios do docente de espanhol nessas instituições diante da aprovação da Lei nº 13.415/2017 (SILVA JÚNIOR, 2008, 2010, 2017). Por último, apresentamos alguns avanços da pesquisa acadêmica da área de espanhol nessa modalidade de ensino (BEDIN, 2017; BENEDINI, 2019; CALDAS, 2019; GIL, 2017; RODRIGUES, 2019) vislumbrando como esses estudos podem denotar novos rumos para a educação profissional. Como encaminhamentos, constatamos que a produção científica e o diálogo entre pesquisadores atuantes nesse contexto podem fomentar ações de políticas linguísticas que permitam pensar um novo lugar para o ensino de espanhol na educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: ensino de espanhol; instituições de ensino profissional e tecnológico; produção científica.

REFLECTIONS ON TEACHING SPANISH IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Abstract: In the trajectory of professional education in Brazil it is not yet possible to specify the exact date of insertion of the Spanish teaching in technical and technological education institutions. Just point out some historical moments that implied the presence of this language in these institutions. Before this gap, this article aims to make some reflections on episodes involving the history of the Spanish language in the context of Federal Institutes and Federal Centers through the realization of a bibliographic research as a way to compile this memory. We start from some historical data that demonstrates its presence and conceptions of work to reach the challenges of the Spanish teachers in these institutions, before the approval of law number 13.415/2017 (SILVA JÚNIOR, 2008, 2010, 2017). Finally, we present some advances in academic research in the Spanish area in this type of teaching (BEDIN, 2017; BENEDINI, 2019; CALDAS, 2019; GIL, 2017; RODRIGUES, 2019) glimpsing how these studies can denote new directions for professional education. As forwarding, we found that scientific production and dialogue between researchers working in this context can encourage actions of linguistics policies that allow thinking about a new place for teaching Spanish in professional and technological education.

Key words: Spanish teaching; professional and technological education institutions; scientific production.

¹ Doutor em Letras Neolatinas pela UFRJ e Pós-Doutor em Linguística Aplicada pela PUC-SP e em Educação pela USP. É professor de Língua Espanhola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando no Colégio de Aplicação e no Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Faculdade de Letras. E-mail: afjrespanhol@gmail.com

1. Introdução

Desde 2008, a educação profissional brasileira passou por uma transformação de ordem estrutural e ideológica devido a uma nova configuração atribuída a suas escolas técnicas e centros de tecnologia, que precisaram se agrupar em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa mudança foi importante para uma melhor definição do papel dessas instituições no cenário educacional brasileiro, pois reconheceu a atuação delas na graduação e pós-graduação antes mesmo da reforma institucional ocorrida mediante a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Já o Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, foi incorporado à estrutura dos Institutos Federais por meio da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.

Os Institutos Federais e o Colégio Pedro II são equiparados por Lei como instituições de “[...] de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*” (BRASIL, 2008), especializadas na oferta da Educação Básica e de ensino superior, priorizando 20% de suas vagas em cursos de Licenciatura. A educação profissional também inclui os dois Centros Federais ainda existentes no país, que continuam, desde a Lei nº 11.892/2008, a exercer suas atividades como “[...] entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação” (BRASIL, 2008).

O início do ensino de línguas estrangeiras na educação profissional e tecnológica é um tema ainda em aberto, porque não foi possível determinar seu começo e uma data comum entre as instituições nacionais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diante dessa lacuna na documentação sobre a historiografia do ensino de línguas, este artigo tem como objetivo trazer à tona algumas reflexões sobre episódios relacionados à história da língua espanhola no contexto dos Institutos e Centros Federais mediante a realização de uma pesquisa bibliográfica por autores que tentam recuperar essa memória.

O texto divide-se em seções que abordam os seguintes tópicos: breve histórico da presença do espanhol na educação profissional e tecnológica e concepções de trabalho sobre a prática docente, os desafios do ensino dessa língua diante da aprovação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e, por fim, a sinalização de alguns estudos acadêmicos que demonstram o crescimento da pesquisa científica sobre o ensino de espanhol nessa modalidade de ensino.

2. Um pouco da história do espanhol na educação profissional e tecnológica

Antes mesmo de sua incorporação às instituições de educação profissional e tecnológica do Brasil, o Colégio Pedro II pode ser considerado o pioneiro na oferta da língua espanhola no contexto escolar, porque, a partir de 1919, ofereceu a disciplina mediante a aprovação do professor Antenor Nascentes para a cátedra da disciplina, que somente em 1925 passa a ser optativa. Segundo Alexandre e Francelino (2019), essa presença do idioma no Colégio Pedro II gerou um movimento editorial no Brasil para o ensino de espanhol.

Sobre as memórias do ensino de espanhol nas escolas originalmente técnicas, já não temos um episódio mais preciso que demarca seu início. Na tentativa de composição da trajetória do espanhol nessa Rede, Silva Júnior (2017, p. 12) afirma que: “antes da mencionada Lei de reordenação [dos Institutos Federais], seria perigoso delimitar a primeira Instituição a ter implantado o espanhol no âmbito dos cursos técnicos”, reforçando a dificuldade do pesquisador de ter acesso aos dados históricos fundacionais que são de origem diversificada por conta de sua abrangência nacional e de fundação em diferentes momentos do país. Independente de como a língua espanhola se inseriu nas instituições de educação profissional e tecnológica, temos a certeza que sua história não foi linear e muito menos a disciplina se manteve presente no currículo no decorrer dos anos.

Ainda de acordo com Silva Júnior (2008, 2010), o início do espanhol na educação profissional está vinculado, normalmente, à assinatura do Tratado de Assunção e da abertura de cursos técnicos de turismo a partir dos anos 2000 em algumas escolas da Rede Federal. A partir dessa constatação, podemos revisitar essas informações e atualizar a entrada do espanhol em alguns ciclos da educação profissional e tecnológica. Três são os períodos históricos mais prováveis dessa inserção: (1) a partir de 1991 com a aprovação e começo das ações políticas do Mercado Comum do Sul (Mercosul); (2) nos anos de 2000 com a incorporação dos cursos técnicos de turismo e de humanas, e, por último, (3) entre 2005 e 2010 com a aprovação da Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, conhecida como Lei do espanhol, que demandou sua inserção obrigatória nas escolas de ensino médio durante esse intervalo de tempo.

A terceira fase mencionada anteriormente pode ser considerada como o período de maior abertura e realização de concursos públicos para professores de espanhol no Brasil (SILVA JÚNIOR, 2017); fato esse muito motivado pela criação e expansão dos Institutos Federais e da necessidade de professores do idioma para atender a Lei nº 11.161/2005 nos cursos de ensino médio e médio integrado.

Norte e Silva Júnior (2018), ao analisar o histórico do ensino de idiomas em uma instituição tecnológica da região Sudeste, apontam que o ano de 1940 pode ter inaugurado a

oferta do inglês na educação profissional brasileira, fruto de uma parceria de internacionalização idealizada entre o Governo Brasileiro e os Estados Unidos para a capacitação de professores de ensino industrial de todo o Brasil, incluindo aulas de língua inglesa nessa formação. A presença de línguas estrangeiras modernas e sua valorização no currículo, em torno da década de 1940, podem ser explicadas pela Reforma Capanema por meio da portaria ministerial 127, de 03 de fevereiro de 1943. Para a língua espanhola, conforme Alexandre e Francelino (2019, p. 12), esse período foi outro momento positivo, pois a reforma “fixou os conteúdos de espanhol a serem ministrados nos cursos clássicos e científicos do ensino secundário, fato que transformou os anos 40 do século passado em um período bastante rico quanto à produção editorial para o ensino do castelhano”.

A Reforma Capanema pode ser entendida como uma importante política de valorização das línguas estrangeiras como porta de acesso a outros bens culturais. Contudo, nem sempre esse reconhecimento da pluralidade linguística esteve presente na escola regular ou técnica. Além disso, a cada nova reforma curricular, a carga horária destinada para as línguas estrangeiras era reduzida. Devido à instabilidade das políticas educacionais no decorrer da história do ensino de línguas, o itinerário do espanhol no Brasil foi sendo construído entre avanços e retrocessos (ERES FERNÁNDEZ, 2018). Essa trajetória torpe ocasionou atrasos no tocante à busca por novas abordagens metodológicas, pouco avanço da relação entre a área do espanhol e a Linguística Aplicada e muita energia gasta na luta política por sua legitimação como disciplina escolar, aspectos esses ainda não totalmente sanados nessa caminhada do ensino de espanhol no Brasil.

Outra informação que também merece ser citada, pois marca a entrada definitiva do ensino de inglês na educação profissional e tecnológica – e revela outro momento de apagamento do espanhol nessa modalidade – foi a junção de currículos entre a educação profissional e o segundo grau de formação geral – atualmente conhecido como Ensino Médio – proposto pela LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, pois, a partir desse momento, a educação secundarista passou a ser totalmente de natureza técnica. Decorrente disso, pela primeira vez, o inglês funcionou como disciplina recomendada de língua estrangeira da formação curricular da educação profissional.

Somente em 2017 foi possível ter acesso a uma compilação de práticas pedagógicas realizadas com a língua espanhola em instituições de ensino profissional e tecnológico. Um grupo de professores de Institutos e Centros Federais de todos os estados brasileiros reuniu-se em torno da construção de uma publicação para tratar sobre o tema. Tal empreitada foi a

primeira ação que aproximou o universo acadêmico à história do espanhol nessas instituições mediante o relato e as experiências dos professores participantes. Segundo o organizador da coletânea:

Carecíamos de um histórico da profissão que registrasse nossa memória como professores de espanhol do ensino técnico e/ou profissionalizante, em especial, no âmbito federal. Não temos registros palpáveis que orientem as próximas gerações ao entendimento das práticas com a língua espanhola que definem imagens de ensino, de língua, de professor e de aluno no âmbito federal de ensino, independente do momento histórico. Ainda são poucos os estudos de dissertações e teses sobre o ensino de espanhol em determinadas instituições da Rede Federal. Normalmente, tais estudos realizados tem, infelizmente, pouca circulação na academia. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 12).

A partir da constatação de Silva Júnior (2017), acreditamos que este artigo possa contribuir também na redução dessa lacuna apontada pelo pesquisador, pois, conforme ele sinalizou, tivemos na coletânea uma primeira divulgação sobre os debates e as reflexões em torno das práticas pedagógicas dos professores de espanhol, suas concepções de língua e linguagem, a imagem de aluno desses espaços e os desafios políticos para a permanência do idioma no currículo. A respeito das pesquisas em torno do espanhol na educação profissional, propomos na penúltima seção deste texto uma visão que atualiza o debate observado por Silva Júnior (2017).

Não foi nosso objetivo dar conta de todos os episódios envolvendo a presença do espanhol na educação profissional e tecnológica. No entanto, antes de finalizar esta seção, não poderíamos deixar de pontuar sobre a existência de algumas concepções de trabalho com o ensino da língua nesses espaços. O fato de o professor de espanhol atuar, primordialmente, em cursos técnicos, levou a esfera acadêmica a construir uma representação sobre sua prática pedagógica pautada nos pressupostos do ensino de instrumental, das teorias de ensino de línguas para fins específicos e da abordagem de orientação comunicativa. No cenário educacional em questão, sabemos que essas filosofias de ensino (ALMEIDA FILHO, 2014) tiveram (e ainda têm) importância nacional e delinearam os rumos do ensino de línguas estrangeiras no cenário da educação profissional do país.

A seguir, passamos a alguns desafios para o ensino do espanhol nas políticas educacionais mais recentes.

3. Desafios do ensino de espanhol na educação profissional após a Lei nº 13.415/2017

Desde sua inserção nos currículos da educação profissional e tecnológica da esfera federal brasileira, a língua espanhola nunca ocupou o mesmo espaço de igualdade em oferta e carga horária se comparamos esta disciplina à língua inglesa, nem nas grades curriculares do ensino técnico, nem na matriz curricular dos cursos de ensino superior. Além disso, no cenário dos Institutos e Centros Federais, inclusive, os concursos públicos para professores de espanhol também se diferenciaram dos demais, pois quase sempre exigiram um perfil profissional que não se restringia à área formativa de língua espanhola. As vagas também acabaram exigindo a certificação e habilitação em língua portuguesa. Nos últimos anos, acompanhamos editais que acabaram demandando uma formação tripla em Letras: Espanhol, Português e Inglês ou Espanhol, Português e Libras, somente para citar alguns exemplos. A realização dessa prática constitui uma polivalência para o trabalho do docente que atua com o idioma espanhol, pois se nota um tratamento diferenciado em relação à sua disciplina e atuação.

Na prática, a adoção desse perfil duplo ou triplo para a atuação profissional impõe ao futuro professor um excesso de carga horária com a língua portuguesa e poucas aulas de espanhol. Isso gera no trabalho docente o desafio de se identificar como professor de português e espanhol ao mesmo tempo, além de dedicar horas do seu planejamento para outras atividades de pesquisa e extensão. Em nossa opinião, esse tipo de seleção docente já sinaliza o retrato da pouca adesão que a língua espanhola encontra na Rede por parte de alguns gestores institucionais.

Sabemos que é bastante perigoso generalizar práticas e rotinas educacionais, principalmente em um contexto da Rede que envolve um número aproximado de 644 escolas. No entanto, por meio da convivência com docentes de espanhol em congressos e colóquios, percebemos que a realidade atual, após a reforma do Ensino Médio, fruto da Lei nº 13.415/2017, é de bastante incerteza, tendo em vista a valorização do ensino da língua inglesa, como único acesso ao mundo cultural, conforme visão difundida pela Base Nacional Comum Curricular.

No último Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, realizado no ano de 2019 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no contato com professores e pesquisadores dos Institutos Federais participantes do Simpósio Temático “A língua espanhola nos Colégios de Aplicação e instituições tecnológicas de ensino: reflexões sobre o ensino e o trabalho docente”, tivemos conhecimento que a língua espanhola está cada vez mais ameaçada nas diferentes instituições. Em alguns cenários, a disciplina continua sendo

optativa, porém sem regras ou documentos institucionais que comprovem sua oferta. Já em um número reduzido de Institutos, o espanhol assume um papel de componente curricular obrigatório ao lado da língua inglesa. Também não podemos deixar de comentar um aspecto positivo para a história do espanhol na Rede no que se refere à presença de seis Institutos Federais que oferecem cursos de Letras/Espanhol ou Letras/Português-Espanhol e lutam por sua inserção ou permanência nas grades curriculares do Ensino Médio, como forma de defesa de uma educação plurilíngue e também como campo de estágio para seus estudantes das licenciaturas.

Em muitos Institutos, os professores estão se reunindo em grupos de discussão ou iniciando debates com o intuito de elaborar documentos internos que garantam a permanência da língua nos currículos da educação profissional diante da Lei nº 13.415/2017. Em outras realidades, também identificamos professores que ainda estão na luta contra a oferta de uma única língua estrangeira, o que implica que o docente de espanhol assuma aulas somente de língua portuguesa ou de um componente curricular afim.

Como sabemos, a proposta de novo Ensino Médio, baseada na Lei nº 13.415/2017, vai à contramão da concepção de educação politécnica que defende um ensino mais crítico por meio da inclusão social e preocupada com a construção de uma cidadania democrática para a interação em sociedade e com o mundo do trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). A recomendação inicial do governo foi a criação do Programa *MédioTec* cuja proposta de ensino técnico e profissional esteve fomentada somente nos atrativos do mercado produtivo. Com isso, o aluno poderia receber certificações de cursos mais planejados em função dos interesses mais operacionais e do mercado. Por outro lado, o discurso das propagandas do Ministério da Educação (MEC) sobre o novo Ensino Médio tentou construir uma realidade muito inovadora e autônoma para essa proposta formativa de ensino em nosso país, contudo, esse discurso acabou sendo fadado ao fracasso por não dar conta da realidade de muitas escolares públicas existentes nos mais diversos lugares do Brasil.

Retornando ao debate sobre os desafios do espanhol na Rede Federal, podemos retomar a partir do seguinte questionamento: qual o espaço para o ensino da língua espanhola nas instituições profissionais e tecnológicas após a reforma do Ensino Médio? Como sabemos a Lei nº 13.415/2017 impôs uma política restritiva e monolíngue para nossas escolas e essa decisão acabou por desconsiderar o histórico do ensino de diferentes línguas estrangeiras em nosso país e a própria realidade mundial que demanda que interagamos em várias línguas e culturas (EREZ FERNÁNDEZ, 2018).

Apesar de outros graves aspectos e desafios que impôs a referida Lei no cenário educacional brasileiro, acreditamos e defendemos que o espanhol sim tenha espaço nas escolas de educação profissional e tecnológica. Para isso, acreditamos que um trabalho de resistência deva ser realizado em cada contexto de trabalho. Como, por exemplo, vislumbramos as seguintes ações por parte do corpo docente: conhecer a própria realidade do ensino de línguas estrangeiras de sua instituição, portanto, lutar por uma política linguística comum e igualitária nas diferentes escolas; verificar se o coletivo de professores compartilha de uma visão de linguagem semelhante, se existem diferenças teóricas e práticas, como essas distinções podem somar forças para a criação de uma identidade de trabalho; romper com a hierarquia entre as línguas estrangeiras, de modo que a comunidade escolar reconheça a importância da comunicação em quaisquer línguas e que a própria ciência também se faz e redige em vários idiomas; permitir trocas e construir redes de conhecimento com colegas de trabalho da área de Linguagens e de outras disciplinas de natureza mais técnica; ampliar a consciência linguística de nossos estudantes dos mais diferentes níveis sobre seu próprio processo de aprendizagem (ALMEIDA FILHO, 2014), ou seja, orientar o motivo pelo qual eles estudam tais idiomas, como estão aprendendo, aonde podem chegar, como aperfeiçoar seus conhecimentos, o que implica falar uma língua estrangeira; conscientizar da importância das línguas para a vida social dos estudantes e o direito de estudá-las na escola; desfazer a ideia que não se aprende uma língua estrangeira no cenário escolar; colocar em prática, por meio de um estudo de análise de necessidades, um ensino que se aproxime da formação cidadã, profissional e acadêmica dos estudantes das diferentes áreas técnicas e níveis; reavaliar constantemente a proposta pedagógica para o ensino de línguas estrangeiras nas instituições tecnológicas, respeitando a identidade e as diferenças de perspectivas teóricas entre docentes e as línguas que ensinam e, por último, divulgar as práticas e as produções dos estudantes e professores diante da comunidade escolar como forma de envolver também os dirigentes em todas as ações pedagógicas.

As propostas anteriores são algumas sugestões para reforçar a discussão sobre o futuro da língua espanhola no cenário da educação profissional e tecnológica, diante do cenário educacional instalado em nosso país. Esses caminhos podem e devem ser discutidos nas próprias instituições, nos departamentos, nos grupos de trabalho e de pesquisa, nas reuniões com diretores e com gestores educacionais.

A seguir, tecemos algumas considerações sobre o avanço das pesquisas a respeito do ensino de espanhol e a educação profissional.

4. Avanços da pesquisa sobre espanhol na educação profissional

Como já citada anteriormente, a obra *Ensino de espanhol nos Institutos Federais: cenário nacional e experiências didáticas* (SILVA JÚNIOR, 2017) chegou ao público em 2017, apresentando uma compilação de 43 artigos de 67 professores e pesquisadores sobre a inserção política da língua espanhola no currículo acadêmico dos cursos técnicos, tecnológicos e de formação de professores. Os textos também incluíram relatos de práticas pedagógicas, demonstrando linhas de investigação e concepções de trabalho mais recorrentes naquele momento da presença do espanhol na educação profissional. Vale reforçar que, pela primeira vez, uma coletânea conseguiu visibilizar e divulgar a produção científica dos professores de espanhol, registrando suas memórias de ensino no âmbito federal, a avaliação das práticas e o direcionamento de novos itinerários para a permanência do idioma no currículo. Mas, o que aconteceu após essa publicação?

Justamente sobre a proposição da questão anterior, queremos dedicar nossa atenção nesta última seção do artigo. No livro organizado em 2017 já se pôde notar que faltava em alguns Institutos Federais uma política linguística mais contundente e efetiva. Além disso, carecia também uma oferta mais igualitária entre o inglês, o espanhol e as demais línguas. Vale relembrar que os artigos publicados na coletânea não consideraram totalmente as consequências da Lei nº 13.415/2017, já que naquela época esse texto legal ainda estava iniciando sua promulgação.

Entre os anos de 2018 e 2020, não tivemos o registro de nenhuma outra publicação com o mesmo propósito acadêmico e pedagógico, porém, detectamos o desenvolvimento de pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação de universidades brasileiras a respeito do ensino de espanhol nos Institutos Federais e outras instituições de orientação tecnológica. O crescente interesse por estudos que discutam o espanhol nesses cenários exhibe a importância de abrir espaço nos ambientes científicos para essa modalidade da educação tão particular e cheia de entraves que acabam por demandar um olhar atento e capaz de promover intervenções em curto prazo.

A seguir, apresentamos cinco teses doutorais sobre o espanhol na esfera da educação profissional e tecnológica de maneira a comentar aspectos importantes desses estudos e destacar a produção científica de mulheres pesquisadoras desses centros de ensino.

A tese “*Espanhol para fins específicos no ensino superior tecnológico e formação docente: articulações, rumos e possibilidades*” de Maria Camila Bedin (defendida na

Universidade de São Paulo em maio de 2017) permitiu refletir sobre o trabalho do professor universitário de espanhol que ministra aulas em faculdades estaduais de tecnologia na cidade de São Paulo, de modo a direcionar o leitor a pensar que exista um perfil docente mais adequado para o trabalho com a língua nessas instituições. Apesar de o contexto pesquisado não ser do âmbito federal, consideramos importante trazer à tona esse estudo, porque foi uma das primeiras teses a discutir a formação de professores de espanhol para fins específicos no Brasil.

Bedin demonstrou que é fundamental que o docente conheça os documentos pedagógicos que antecedem sua prática e outras orientações como os catálogos dos cursos de tecnologia que constituem leituras fundamentais para a organização de cursos sob os pressupostos do ensino de línguas para fins específicos. O estudo mostrou a presença do espanhol em diferentes cursos das faculdades de tecnologia e alguns dados da prática dos professores de espanhol que atuam nesses cursos superiores. As observações realizadas pela pesquisadora permitem que o leitor estabeleça comparações sobre as políticas de oferta dos cursos do estado de São Paulo com outros sistemas públicos ou privados. Ademais, a tese trouxe dados de entrevistas com diretores e coordenadores de cursos para exemplificar como circulam nos contextos tecnológicos algumas visões cristalizadas para o trabalho e o papel que devem ocupar as línguas no currículo. Uma das grandes contribuições da pesquisa de Bedin esteve em identificar a urgência de formação teórica sobre fins específicos e o desenho de cursos por parte dos docentes de espanhol das instituições tecnológicas pesquisadas.

Já a tese doutoral de Giselle da Mota Gil (defendida na Universidade Federal Fluminense em agosto de 2017), "*Não só ensinar uma língua estrangeira pro trabalho, mas pra vida*": um estudo sobre o trabalho do professor de espanhol e de inglês do IFRJ - dos prescritos às falas sobre a sua atividade conseguiu discutir a complexidade dos Institutos Federais e a falta de articulação entre as políticas públicas e os textos institucionais (quando existem) sobre o trabalho docente. Para isso, Gil, além de uma investigação documental e teórica, organizou um grupo de discussão dando voz a professores de línguas de um Instituto Federal, permitindo que o momento da geração dos dados se tornasse uma atividade de formação continuada e de reflexão sobre as incertezas que envolvem o trabalho docente e a respeito do espaço curricular que as línguas estrangeiras devem assumir.

Os dados do estudo de Gil mostraram que o inglês e o espanhol no contexto do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) recebem tratamentos curriculares diferenciados, pois, conforme constatou a pesquisadora, o professor do Instituto parece não conhecer com

profundidade as orientações institucionais para sua atuação no ensino médio integrado. Além disso, desconhece também as consequências da Lei nº 13.415/2017 no cotidiano escolar. Um ponto chave para o debate proposto pela tese esteve no fato da figura do professor não ser mencionada no organograma da instituição de ensino. Isso parece ser bastante comum em outras realidades acadêmicas, no entanto, pode expressar o pouco espaço para o docente nos documentos institucionais e seu isolamento das decisões do corpo gestor. O estudo tomou como pressupostos teóricos o aporte da análise do discurso e o trabalho docente para pensar o contexto e as vozes dos professores participantes do grupo de debate.

A tese de Barbara Regina de Andrade Caldas (defendida na Universidade Federal Fluminense em agosto 2019), “*Política Linguística nos editais e nas provas de concurso público para a docência em língua espanhola: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro*”, discutiu o tema dos concursos públicos, principalmente o conteúdo do programa e as provas para professores de português/espanhol na realidade do IFRJ. A investigação recuperou o histórico da educação profissional, o início e o desenvolvimento da língua espanhola no Instituto e alguns gestos políticos para conseguir refletir sobre as políticas institucionais para as línguas. A pesquisadora reconheceu que a falta de objetividade das políticas para o ensino de línguas estrangeiras pode ter afetado a educação profissional, inclusive, a abertura de novos concursos para docentes. Além disso, por meio da análise de provas escritas, Caldas constatou um paradoxo, pois o exame de seleção permitia que o candidato pensasse sua futura prática pedagógica no IFRJ com criticidade, no entanto, após a aprovação no concurso, o professor não tinha tanta autonomia para realizar seu trabalho e também se confrontou com a divergência de carga horária entre a língua portuguesa e espanhola.

A pesquisadora apurou que, normalmente, o espanhol recebe pouca visibilidade nos currículos dos cursos e isso implica a baixa carga horária de trabalho docente com essa disciplina. Por outro lado, a prova de seleção escrita demandou do candidato um amplo conhecimento desse campo acadêmico. O estudo de Caldas contribuiu para pensar a seleção docente na esfera federal ao tratar o exame escrito, os saberes docentes e as políticas linguísticas em relação ao magistério, por meio de um olhar teórico enunciativo e discursivo da análise do discurso e da perspectiva glotopolítica.

Já a tese “*A identidade hispano-americana através do ensino da língua espanhola no eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer no Campus Florianópolis Continente/IFSC*” de Lucimary Gonsalves Bajon Rodrigues (defendida na Universidade Federal de Santa

Catarina em novembro de 2019) conseguiu transformar uma pergunta oriunda da prática profissional da autora em tema de uma investigação doutoral. O estudo contribuiu para a formação de professores de espanhol que trabalham no contexto da educação profissional por pensar formas de inserção da América Latina na prática desses docentes. Para alcançar isso, a pesquisadora atribuiu voz a estudantes e a professores como mecanismo para fomentar espaços de reflexão dos sujeitos que interagem no contexto de um Instituto Federal. Rodrigues partiu da memória do ensino de espanhol no IFSC, revisitou a legislação para o ensino de línguas na educação profissional, levantou as dificuldades de colocar em prática algumas leis, discutiu a importância de envolver o professor no desenho de políticas linguísticas e refletiu sobre sua aproximação ao tema das identidades culturais.

Segundo a pesquisadora, no momento do planejamento do curso e das políticas, o docente deve permitir que as diferentes culturas hispano-americanas ocupem espaço no currículo. A fundamentação da tese, sob o olhar da Linguística Aplicada, centrou-se nos estudos sobre identidade, cultura e interculturalidade em diálogo com os documentos de política linguística, os projetos pedagógicos dos cursos integrados e os dados do contexto pesquisado por meio de vozes de professores e alunos do curso de Turismo. Apesar de propor analisar o cenário do IFSC, o estudo de Rodrigues possibilita questionar a presença do espanhol nos currículos e projetos pedagógicos de outros Institutos Federais, além de propiciar o exercício de como avaliar e inserir temas socioculturais no planejamento dos cursos da educação profissional e tecnológica.

Por último, destacamos a tese de Larissa Cristina Arruda de Oliveira Benedini (defendida na Universidade Federal de São Carlos em dezembro de 2019), “*Letramento crítico e ensino de espanhol no ensino médio integrado: questões teórico-práticas no contexto dos Institutos Federais*”, como a primeira a destacar as contribuições das teorias do letramento crítico para pensar a prática do professor de espanhol dos Institutos Federais. A pesquisadora partiu de inquietações de sua prática como docente de espanhol em um Instituto Federal para formular um estudo que diferencia as concepções de educação crítica e de letramento crítico. Para alcançar isso, Benedini desenvolveu um estudo teórico e documental, adotando questionários on-line e entrevistas com colegas professores sobre suas práticas de ensino e suas atitudes docentes diante das coleções aprovadas pelo *Programa Nacional do Livro e do Material Didático* (PNLD) e os documentos educacionais. Isso para pensar sobre o conceito de brechas perante os desafios da sala de aula e a aproximação às teorias dos letramentos pelos docentes. A autora adotou os pressupostos teóricos da Linguística Aplicada

para refletir sobre as orientações que assumem seus colegas professores dos Institutos Federais a respeito das práticas pedagógicas que desenvolvem. Ainda, refletiu sobre como relacionar suas concepções de trabalho aos materiais que recebem do governo.

A tese de Benedini dialoga totalmente com o momento de crise do ensino de espanhol pelo qual enfrenta nosso país e a perda do protagonismo dessa língua em políticas como a do PNLD. O estudo atribuiu voz aos docentes para pensar suas práticas, seu contexto de intervenção e os desafios a partir do prisma teórico do letramento no contexto tecnológico. A pesquisadora constatou a adversidade do exercício da docência diante da atitude curricular e do papel político que assumem os docentes. Já o letramento crítico problematizado em sua pesquisa dialogou totalmente com as propostas que se esperam para as práticas com a linguagem no Ensino Médio Integrado.

As teses doutorais selecionadas são alguns exemplos do avanço da pesquisa acadêmica que relaciona estudos da linguagem e o campo da educação profissional e tecnológica. Essas pesquisas, além de cooperar para uma extensa revisão bibliográfica sobre políticas linguísticas, abordagens de ensino e educação profissional, contribuem porque articulam fontes teóricas com dados do campo ao trazer para o debate as narrativas de professores, estudantes, dirigentes e documentos de orientação curricular e institucional. Notamos que investigações sobre esse contexto educacional específico, normalmente, ainda atraem atenção somente de professores e profissionais que atuam ou já tiveram algum tipo de experiência com a educação tecnológica. Diante dessa constatação, acreditamos que se coloca como um desafio a realização de novas investigações e projetos que possam levantar aspectos, temas e pautas que ainda precisam ser observados.

5. Considerações finais

As fontes bibliográficas e os estudos de pós-graduação recuperados nesta reflexão pedem novos espaços de divulgação e de intercâmbio entre docentes, pesquisadores e dirigentes dessas instituições. Ainda existe muito desconhecimento sobre o potencial dessas pesquisas como mecanismo para repensar o espaço e o prestígio das línguas estrangeiras na formação profissional e tecnológica. Acreditamos que a produção científica já realizada reflete ações que podem se tornar intervenções no campo da prática pedagógica desses espaços, funcionando perfeitamente como políticas linguísticas.

Nos últimos anos, os pesquisadores de espanhol interessados na educação profissional já nos reunimos na forma de simpósios e grupos de trabalho em eventos da área.

Essas ações têm contribuindo para o diálogo e o reconhecimento dos direitos e do espaço da língua espanhola nos currículos. O último documento de cunho político escrito por esse coletivo foi uma carta de protesto como resultado do acúmulo das discussões entre os participantes presentes de dois simpósios temáticos reunidos no último Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, que se realizou entre os dias 4 e 7 de novembro de 2019 na Universidade Federal do Amazonas. Como participante da autoria do documento², optamos por trazer para esta conclusão os princípios recomendados pelo documento como uma forma de reflexão sobre novas urgências que demandam o ensino de línguas nessa Rede:

- Direito à igualdade de oferta entre as diferentes línguas adicionais/ estrangeiras no currículo escolar da educação básica e/ou profissional;
- Direito à escolha do estudante pelo estudo da língua espanhola adicional/estrangeira que lhe permita vivenciá-la como prática social, cultural e histórica;
- Garantia da aprendizagem da língua espanhola adicional/estrangeira em diferentes momentos formativos da vida escolar do estudante e com direito à continuidade e progressão de conteúdos estudados anteriormente;
- Desconstrução de histórias de aprendizagem da língua espanhola adicional/estrangeira que limitem o conhecimento a mero fins gramaticais e gerem histórias de medo, conflitos internos, frustração e desistências de aprendizagem;
- Construção de uma política de ensino de língua espanhola consistente, eficaz e democrática, englobando discussões e planejamento linguístico por parte das instituições formadoras;
- Garantia de equipamentos, recursos, laboratórios, espaços físicos e materiais didáticos que permitam desenvolver um trabalho de qualidade e que respeite às especificidades do ensino de língua espanhola adicional/estrangeira na educação básica e/ou profissional;
- Estímulo do ensino intercultural nas aulas de espanhol como língua adicional/estrangeira;
- Apoio de programas de mobilidade internacional, de natureza científica e cultural para as instituições secundaristas mediante convênios.
- Investimento na formação continuada dos professores de língua espanhola adicional/estrangeira, bem como incentivo para viabilizar sua participação em foros e eventos da área;
- Valorização, incentivo e difusão da realização e publicação de pesquisas resultantes do ensino de língua espanhola adicional/ estrangeira nos respectivos contextos de ensino;
- Estabelecimento de parcerias entre diferentes instituições com o objetivo de viabilizar políticas mais democráticas para o ensino para as línguas adicionais/ estrangeiras que permitam a formação do aluno para cidadania.

² O documento foi fruto das discussões ocorridas nos Simpósios “A língua espanhola nos Colégios de Aplicação e Instituições Tecnológicas de ensino: reflexões sobre o ensino e o trabalho docente” e “O espanhol na Rede Federal de Educação Tecnológica: abordagens de trabalho, reflexões sobre sua presença e perspectivas futuras”, tendo quatro professores como coordenadores da discussão e relatores da carta de repúdio.

O grupo relator do documento chegou à conclusão da importância de construir princípios que possam orientar o ensino de espanhol nas instituições tecnológicas, recomendando que o teor da carta possa ser compartilhado, discutido e ampliado com outros colegas professores e a equipe gestora com o intuito de produzir novas propostas e conquistas para o ensino de espanhol na educação técnica e tecnológica.

Apesar da imprecisão temporal do início da disciplina de espanhol na história da educação profissional, foi possível nesta reflexão apontar alguns desafios e avanços da língua espanhola para construir sua identidade de trabalho na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Além disso, pleitear a elaboração de políticas linguísticas que possam melhor definir o lugar do idioma nas instituições e orientar o trabalho do professor.

Referências

ALEXANDRE, D.J.A.; FRANCELINO, P.F. Dialogismo nas mensagens direcionadas aos professores de espanhol em materiais didáticos do século XX e XXI: rupturas e continuidades. *Revista Leia Escola*. Campina Grande, v. 19, n. 1, p. 10-23, 2019.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Competências de aprendizes e professores de línguas*. Campinas: Pontes, 2014.

BEDIN, M. C. *Espanhol para fins específicos no ensino superior tecnológico e formação docente: articulações, rumos e possibilidades*. 248f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48138/tde-31072017-162103/publico/MARIA_CAMILA_BEDIN_rev.pdf>. Acesso em: 19 março 2020.

BENEDINI, L.C.A.O. *Letramento crítico e ensino de espanhol no ensino médio integrado: questões teórico-práticas no contexto dos Institutos Federais*. 360f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12183?show=full>>. Acesso em: 19 março 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. *Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005*. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

CALDAS, B.R.A. *Política Linguística nos editais e nas provas de concurso público para a docência em língua espanhola: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro*. 254f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, 254f. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11721/1/TESE%20BARBARA%20CALDAS.pdf>>. Acesso em: 19 março 2020.

ERES FERNÁNDEZ, I. Políticas públicas para la (no) enseñanza de español en Brasil. In: MIRANDA, C. (org.). *La lengua española en Brasil*. Enseñanza, formación de profesores y resistencia. Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, 2018, p. 9-18.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, G.M. “*Não só ensinar uma língua estrangeira pro trabalho, mas pra vida*”: um estudo sobre o trabalho do professor de espanhol e de inglês do IFRJ - dos prescritos às falas sobre a sua atividade. 289f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11670/1/arquivo%20completo%20TESE%20-%20impress%C3%A3o%20ficha%20catalogr%C3%A1fica.pdf>>. Acesso em: 19 março 2020.

NORTE, A.L.; SILVA JÚNIOR, A.F. Uma experiência de internacionalização no Cefet/Rj: a criação do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. In: COELHO, I.M.W.S. (Org.). *A internacionalização na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas*. 1ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 99-113.

RODIGUES, L.G.B. *A identidade hispano-americana através do ensino da língua espanhola no eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer no Campus Florianópolis Continente/IFSC*. 276f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA JÚNIOR, A. F. (Org.) *Ensino de Espanhol nos Institutos Federais: cenário nacional e experiências didáticas*. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 2017.

_____. O ensino de espanhol num centro federal de educação tecnológica: articulando saberes. *Revista FACEVV*. Vitória, v. 5, p. 13-22, 2010.

_____. A trajetória do espanhol e seu ensino no curso técnico de Turismo do Cefet/Rj. In: *Actas del Simposio Internacional de Didáctica del Español como lengua extranjera*. Rio de Janeiro: Instituto Cervantes, 2008. p. 79-87. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/rio_2008/08_dasilva.pdf>. Acesso em: 20 março 2020.

Enviado em: 20 de maio de 2020.

Aceito em: 06 de julho de 2020.